



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

**«Projeto de regulamento que estabelece as regras sobre a
transparência dos principais meios de financiamento e sobre o
relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem
atividades de comunicação social»**

Relatório de consulta pública

Lisboa, 16 de março de 2016

Índice

1. Enquadramento	3
2. Exposição, análise e resposta aos contributos à consulta pública	6
2.1 Observações na generalidade	7
2.2 Observações na especialidade	10
2.2.1 Âmbito de aplicação do Projeto de regulamento	10
2.2.2 Fluxos financeiros: periodicidade e natureza dos dados a reportar à ERC	14
2.2.3 Relatório de governo societário	20
2.2.4 Plataforma digital	24
2.2.5 Confidencialidade	27
2.2.6 Outras questões	29
3. Texto final do Regulamento (proposta)	30
Anexo 1	37
«Projeto de regulamento que estabelece as regras sobre a transparência dos principais meios de financiamento e sobre o relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem atividades de comunicação social»	37
Anexo 2	40
Contributos enviados à ERC durante o processo de consulta pública	40

1. Enquadramento

A Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, vem regular a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

No seguimento dos poderes que lhe foram conferidos por este diploma, deve contextualizar-se que a ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social tem como atribuição, no domínio da comunicação social, a de zelar pela independência das entidades que prosseguem atividades de comunicação social perante os poderes político e económico [alínea *c*] do art.º 8.º dos Estatutos da ERC, aprovados através da Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro]. Porquanto, tal resulta da aplicação do corolário da promoção da liberdade e do pluralismo de expressão e da salvaguarda da independência editorial, nos termos do n.º 1 da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho. Tais competências emanam da própria Constituição da República Portuguesa, que atribui ao Regulador da comunicação social o dever de assegurar a «não concentração da titularidade dos meios de comunicação social» [alínea *b*], do art.º 39.º da CPR], bem como a «independência perante o poder político e o poder económico» [alínea *c*] do art.º 39.º da CPR).

À Entidade Reguladora para a Comunicação Social compete, assim, executar os princípios e as obrigações decorrentes da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho. Os artigos 5.º e 16.º deste normativo determinam que a ERC deve produzir regulamentos sobre matérias específicas:

- No artigo 5.º, relativo à transparência dos principais meios de financiamento, prevê-se a aprovação, pela ERC, de regulamento que fixe a periodicidade e a natureza dos dados que lhe devem ser transmitidos.
- O artigo 16.º estipula que as entidades que, sob forma societária, prosseguem atividades de comunicação social devem enviar anualmente à ERC um relatório de governo societário, cabendo a esta Entidade Reguladora definir através de regulamento quais as informações a incluir nesse documento.

Por uma questão de sistematização e legibilidade, bem como para maior facilidade dos regulados, o Conselho Regulador da ERC optou por condensar num só regulamento os atos normativos previstos nos referidos artigos da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

No cumprimento destas disposições legais, o Conselho Regulador, na sua reunião de 18 de novembro de 2015, discutiu e aprovou o «Projeto de regulamento que estabelece as regras

sobre a transparência dos principais meios de financiamento e sobre o relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem atividades de comunicação social» (doravante, Projeto de regulamento).

Na mesma reunião, o Conselho Regulador deliberou ainda, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 3 dos artigos 100.º e 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, submeter o Projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias.

O aviso da consulta pública (Aviso n.º 14.279/2015 – cfr. Anexo 1) foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 238, de 4 de dezembro de 2015.

Mais de meia centena de entidades, identificadas na Figura 1, participaram neste processo de consulta pública. Os contributos encontram-se integralmente reproduzidos no Anexo 2.

No Ponto 2 procede-se à sistematização, análise e resposta aos contributos recebidos, sendo que uma parte significativa dos participantes subscreve a posição conjunta da Associação Portuguesa de Radiodifusão e da Associação de Rádios de Inspiração Cristã. No Ponto 3, apresenta-se a redação final do Regulamento, que será publicado em *Diário da República* após aprovação pelo Conselho Regulador da ERC.

Os contributos recebidos abriram caminho à introdução de alterações ao Projeto de regulamento, em resposta a questões e preocupações concretas expressas pelos participantes. Tais propostas foram assim fundamentais na consolidação da versão final do Regulamento, resultando numa simplificação e clarificação de vários aspetos da proposta de reporte inicialmente desenhada.

Figura 1: Identificação dos participantes na consulta pública

1.	AIC – Associação de Imprensa de Inspiração Cristã
2.	AID – Associação da Imprensa Diária
3.	API – Associação Portuguesa de Imprensa
4.	APR – Associação Portuguesa de Radiodifusão (posição conjunta com a ARIC)
5.	ARIC – Associação de Rádios de Inspiração Cristã (posição conjunta com a APR)
6.	Associação Cultural de Torre de Moncorvo*
7.	Associação Cultural e Recreativa Rádio Condestável*
8.	Autoridade da Concorrência
9.	Benedita FM, Produções Radiofónicas, Lda.*
10.	Clube Asas do Atlântico*
11.	Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alte Ave, CRL*
12.	CPMCS – Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social
13.	Edições Linear Cooperativa Editorial*
14.	Editave Multimédia, Lda.*
15.	Eurico Ferreira de Carvalho – Diretor do <i>Ecoss da Marofa</i>
16.	Granada Fm – Rádio e Jornalismo, Unipessoal, Lda.*
17.	Guadisom Sociedade de Radiodifusão Guadiana, Lda.*
18.	Grupo PT (PT Portugal SGPS, SA e ME0 – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA)
19.	Guimapress, SA*
20.	Íris – Serviço de Informação Regional Independente, Lda.*
21.	Janela Indiscreta – Sociedade de Comunicação, Lda.*
22.	Maíra FM, Cooperativa de Radiodifusão, CRL*
23.	Marginaudio – Actividades Radiofónicas, Lda.*
24.	Media On – Comunicação Social, Lda.*
25.	Meia Maratona Internacional da Nazaré – Associação de Cultura e Desporto*
26.	Monsantorádio*
27.	NAIAA – Núcleo Amador de Investigação Arqueológica de Afife*
28.	Narrativas & Melodias, Lda.*
29.	Novos Mares – Radiodifusão Lda.*
30.	Piçarra & Companhia, Lda.*
31.	PMP – Plataforma de Media Privados
32.	Rádio Azul – R.A. Produções Radiofónicas, Lda.*
33.	Rádio Baía – Sociedade de Radiodifusão, Lda.*
34.	Rádio Barca – Cooperativa de Informação de Ponte da Barca, CRL*
35.	Rádio Clube da Lourinhã, CRL*
36.	Rádio Clube de Arganil, Cooperativa de Rádio, CRL*
37.	Rádio Clube de Gondomar Serviço de Radiodifusão Local, Unipessoal, Lda.*
38.	Rádio Clube de Grândola – CRL*
39.	Rádio Clube de Penafiel, CRL*
40.	Rádio Clube de Sintra, Lda.*
41.	Rádio Comercial da Linha – Sociedade de Radiodifusão de Oeiras, Lda.*
42.	Rádio Festival do Norte, SA*
43.	Rádio Jornal de Setúbal, Lda.*
44.	Rádio Nova Era, Sociedade de Comunicações, Lda.*
45.	Rádio Onda Viva, SA*
46.	Rádio Singa, CRL*

47.	Rádio Universidade Marão, Cooperativa de Radiodifusão, CRL*
48.	Rádio Voz de Setúbal, Lda.*
49.	Rádio Voz do Sorraia Emissão Regional de Coruche CRL*
50.	Radiodifusão – Publicidade e Espectáculos, Lda.*
51.	RCB – Rádio Cova da Beira, CRL*
52.	RCC – Rádio Clube da Covilhã, CRL*
53.	Rede A – Emissora Regional do Sul, Lda.*
54.	R.N.L – Rádio Nova Loures, Lda.*
55.	SER – Sociedade Elvense de Radiodifusão, Lda.*
56.	Sociedade Franco Portuguesa de Comunicação, SA*
57.	Tavirádio, Cooperativa de Radiodifusão, CRL*
58.	Vagos FM Rádio*
59.	Voz de Almada – Cooperativa de Radiodifusão, CRL*

*Nota: As entidades assinaladas com * manifestaram subscrever o contributo da Associação Portuguesa de Radiodifusão (que consiste numa posição conjunta com a Associação de Rádios de Inspiração Cristã).*

2. Exposição, análise e resposta aos contributos à consulta pública

Deve começar por esclarecer-se que a ERC não irá pronunciar-se sobre as considerações genéricas à Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, tecidas por alguns participantes na consulta pública ao Projeto de regulamento. O presente relatório centra-se exclusivamente na exposição e apreciação dos contributos no contexto daquele procedimento, tendo esta Entidade Reguladora a oportunidade de se pronunciar sobre o Projeto-Lei n.º 506/XII (3.ª), na origem da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, através da Deliberação 26/2014, de 12 de março, que pode ser consultada no sítio eletrónico da ERC, em www.erc.pt.

Por conseguinte, nos parágrafos seguintes sistematizam-se as observações na generalidade e na especialidade ao Projeto de regulamento. Por razões de eficácia, as observações subsumíveis às mesmas problemáticas são respondidas de forma agregada. Sempre que se acolhem as sugestões dos participantes na consulta pública, indica-se em que medida as propostas se vieram a refletir no texto final do Regulamento. Da mesma forma, quando esse acolhimento não se verificou, apresentam-se os fundamentos subjacentes a essa decisão.

2.1 Observações na generalidade

a) Plataforma de Media Privados

Esta entidade manifesta a sua discordância em relação à proposta de densificação das obrigações de informação vertidas no Projeto de regulamento, considerando que «as obrigações adicionais de informação elencadas pelo Conselho Regulador da ERC representam um agravamento desproporcionado e em certos casos contraditório com as demais obrigações legais e regulatórias vigentes no ordenamento jurídico português». Advoga ainda que o princípio de interesse público que legitima este procedimento regulatório «é a garantia da liberdade de imprensa, consagrada no artigo 38.º da Constituição da República Portuguesa. Este artigo estatui que “a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social” deverá ter caráter genérico, e não exaustivo e detalhado como é agora exigido no projeto de regulamento *in casu*». A PMP alerta ainda que a densificação destas obrigações «não poderá ter como resultado, em última instância, a divulgação de informação comercial sigilosa sobre os meios de financiamento que, por força da sua disponibilização pública, seja suscetível de pôr em causa a sustentabilidade e competitividade dos meios de comunicação social».

Comentário da ERC

Relativamente à densificação das obrigações de informação no Projeto de regulamento, e sendo este comentário transversal aos vários participantes na consulta pública, a ERC está sensibilizada e concorda com alguns dos argumentos apresentados, nomeadamente com a necessidade de manter sigilosa alguma informação de caráter comercial. Como tal, na versão final do Regulamento, veio simplificar-se a proposta de reporte inicialmente desenhada tanto em termos de quantidade como em termos de periodicidade da informação a comunicar à ERC, nomeadamente através da isenção de reporte por segmento de rubrica de meio de rendimento e de financiamento e da introdução da periodicidade de reporte anual em vez de semestral, a 30 de abril [ver, no ponto seguinte, comentários na especialidade].

Além disso, na redação final do Regulamento, a ERC clarificou que a ausência de reporte de algum ou alguns dos indicadores incluídos no documento será entendida como não existência ou não aplicabilidade dos mesmos ao caso específico do regulado que comunica a informação, por forma a atender às necessidades de estruturas societárias mais simples.

b) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Após o conhecimento do Projeto de regulamento, estas entidades lamentam que, a seu ver, as suas pretensões não tenham sido «minimamente atendidas» e os seus alertas e receios sido refletidos na proposta de documento aprovado pelo Conselho Regulador. Referem que, da leitura do Projeto de regulamento, ficam com a ideia imediata de «que o regulamento é mais exigente que a própria Lei que vai regular, procurando ir mais além não só na periodicidade proposta para entrega da informação mas também no tipo de informação que solicita».

Lembram que a ERC, ainda que seja uma entidade independente, se encontra sujeita a alguns princípios que norteiam a atividade da Administração Pública, nomeadamente, ao disposto no artigo 112.º, n.º 7, da Constituição da República Portuguesa, segundo o qual os regulamentos devem indicar «expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjetiva ou objetiva para a sua emissão», entendendo que tal não se encontra expressamente consignado no texto do Projeto de regulamento da ERC, ao abrigo dos artigos 5.º e 16.º da Lei n.º 78/2015, de 28 de julho, uma vez que esta define a competência subjetiva e objetiva para a emissão do Regulamento.

Ademais, a citada Lei «contém obrigações e formas do respetivo cumprimento que não se encontram sujeitas a regulamentação pelo que não se afigura legítimo que, a pretexto de regulamentação nela prevista e com o âmbito por ela definido, venham a ser impostas outras obrigações e outros prazos. (...) Para regulamentar fica apenas o conteúdo da informação a que se reporta o art.º 5.º, n.º 3, nos termos definidos (...)», pelo que, segundo estas entidades, caberia à ERC definir os termos desta informação. «Ora, salvo melhor entendimento, afigura-se que o regulamento vai para além da competência objetiva que foi concedida à ERC para efeitos de regulamentação».

Adicionalmente, cabe à ERC, em regulamento a produzir, dar cumprimento ao n.º 2 do artigo 16.º, «do qual decorre uma amplitude de definição dos elementos informativos que apenas se poderá aferir em função do objetivo definido na lei, vista a afirmação “nomeadamente”. Daqui resulta estarmos perante a extensão de uma obrigação de produzir um relatório social, à semelhança do que já era imposto para as entidades cotadas em bolsa (E). Tal obrigação foi estendida às empresas públicas, também obrigadas à elaboração desse Relatório. Decorre do campo de aplicação da obrigação de um relatório social que o mesmo é exigível a um conjunto de entidades, todas elas de grandes dimensões». Aduzem que a natureza dos dados a reportar por via do regulamento «tem como pressuposto que todas as entidades, com exceção das “pessoas coletivas de forma não societária que prosseguem atividades de comunicação social (...)”, são pelo menos médias e grandes empresas quando, na verdade, a nível da radiodifusão, assim como na imprensa escrita, no âmbito local (rádios locais e jornais locais), só excecionalmente se encontram pequenas empresas (segundo a qualificação comunitária de PME) como titulares de tais órgãos, na sua quase totalidade de propriedade e gestão de micro empresas».

Comentário da ERC

Reitera-se aqui o comentário efetuado anteriormente. Além disso, é pertinente reforçar que a elaboração de um relatório de governo societário e inerente regulamentação de conteúdo é uma imposição da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho. Também nesta matéria, a ERC, na versão final do Regulamento, minimizou as obrigações de reporte, nomeadamente em termos de quantidade de informação. Mais ainda, clarificou que a ausência de reporte de algum ou alguns dos indicadores incluídos no documento será entendida como não existência ou não aplicabilidade dos mesmos ao caso específico do regulado que comunica a informação, por forma a atender às necessidades de estruturas societárias mais simples [ver, no ponto seguinte, comentários na especialidade].

Deve acrescentar-se, quanto ao poder regulamentar que lhe foi consignado, que a ERC, enquanto Regulador para a comunicação social, é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com natureza de entidade administrativa independente, exercendo os necessários poderes de regulação e de supervisão. A ERC tem por objeto a prática de todos os atos necessários à prossecução das

atribuições que lhe são cometidas pela Constituição, pela lei e pelos seus Estatutos – nos termos do art.º 1 da Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro.

2.2 Observações na especialidade

2.2.1 Âmbito de aplicação do Projeto de regulamento

Atual redação do Projeto de regulamento:

«Principais meios de financiamento

Artigo 2.º

Destinatários

1 — Todas as pessoas singulares ou coletivas, identificadas no artigo 6.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, e no artigo 2.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, que, sob jurisdição do Estado português, prosseguem atividades de comunicação social são obrigadas a comunicar à ERC os principais fluxos financeiros para a sua gestão.

2 — A obrigação prevista no número anterior não é aplicável às pessoas singulares ou coletivas que não estejam legalmente obrigadas a ter contabilidade organizada.»

«Estruturas e práticas de governo societário

Artigo 5.º

Relatório anual de governo societário

1 — As pessoas coletivas sob forma societária que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social {E}».

a) Eurico Ferreira de Carvalho (Diretor do *Ecos da Marofa*)

Este responsável expressa a opinião de que o projeto de Regulamento deveria contemplar «a distinção entre as grandes empresas (sociedades) detentoras de órgãos de comunicação social (OCS) e as pequenas e micro empresas proprietárias de jornais regionais», com atenção especial às micro empresas jornalísticas localizadas no Interior do país. Considera não ser «adequado» impor os mesmos deveres a ambas, porquanto as pequenas e micro empresas são «detentoras de reduzidos recursos humanos, financeiros e técnicos». O mesmo interveniente antevê que para as pequenas e micro empresas «haverá, inevitavelmente, mais trabalho e custos acrescidos», quando estas «lutam, dia a dia, pela sobrevivência».

b) Grupo PT

Diferentemente do que sucede com os «órgãos tradicionais de comunicação social», esta entidade refere não vislumbrar a relevância de medidas tendentes à transparência da titularidade no exercício de atividades como a distribuição de serviços de programas de televisão e a disponibilização de conteúdos [serviços audiovisuais a pedido]. Refere que «não é manifesto que, pela particular natureza destas últimas atividades, a informação sobre fluxos financeiros e governo societário assumam tal relevância e porque não são evidentes os princípios que seriam especialmente colocados em causa, em caso de não disponibilização de tais informações».

O Grupo PT defende que se justificaria «abordar, de forma diferenciada, as diferentes atividades abrangidas pelo regulamento em consulta, aligeirando (regulação “light”) as obrigações nas situações em que tal se justifique, pela irrelevância ou inexistência de qualquer risco», nomeadamente no que diz respeito aos operadores de distribuição de serviços de programas de televisão e de serviços audiovisuais a pedido.

Esta entidade qualifica como «claramente excessiva» a prestação de informação prevista no relatório de governo societário, defendendo que deveria ser excecionada desta obrigação.

Em síntese, o Grupo PT preconiza a exceção de reporte para empresas de distribuição de serviços de programas televisivos e de serviços audiovisuais a pedido, em concreto: as alíneas d) e e) do n.º 3, o n.º 4 e o n.º 5 do Projeto de regulamento.

c) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Segundo estas instituições, no regulamento deveria distinguir-se «entre dois grandes grupos de entidades em função da sua dimensão», com a consequência de as obrigações de reporte serem diferenciadas de acordo com este critério: «por um lado as micro e pequenas empresas e por outro as médias e grandes empresas, qualificadas em conformidade com o disposto legal em vigor».

Esta disposição seria introduzida no artigo 2.º do Regulamento, que passaria a ter a redação que se segue. Os restantes artigos do documento seriam adaptados:

«Artigo 2.º

Destinatários

1-[...]

2- Para efeitos do presente Regulamento os destinatários são qualificados de conformidade com o disposto no art.º 9.º do anexo II do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 20 de Junho.

3-[...]»

Defendem ainda que, sendo o relatório de governo societário exigido legalmente às sociedades cotadas em bolsa, «não faz qualquer sentido que de repente essa obrigação seja alargada a todas as entidades (micro, pequenas, médias e grandes) que prosseguem atividades de comunicação social».

d) API, AIC

Estas associações propõem que haja uma alteração ao Regulamento no sentido de comportar que as obrigações dos artigos 3.º, 4.º e 5.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, sejam aplicadas apenas às empresas de comunicação social detidas por sociedades anónimas, ou quando detidas por sociedades por quotas ou unipessoais com um volume de negócios anual superior a um milhão de euros.

Comentário da ERC

Relativamente ao âmbito de aplicação do Regulamento, os intervenientes referidos propõem segmentações no reporte da informação baseadas i) na dimensão da entidade que prossegue atividades de comunicação social (grandes e médias empresas, por um lado, e pequenas e micro empresas, por outro); ii) na tipologia da sociedade (sociedades anónimas) e no volume de negócios noutros tipos de sociedades (sociedades por quotas ou unipessoais

com um volume de negócios anual superior a um milhão de euros); e iii) na atividade desenvolvida (órgãos de comunicação social tradicionais ou distribuidores de serviços de programas de televisão e prestadores de serviços audiovisuais a pedido).

Ora, a ERC não pode regulamentar acerca do objeto de aplicação de uma lei. O poder regulamentar conferido à ERC pela Lei 78/2015, de 29 de julho, coloca-se ao nível da definição da informação a comunicar e respetiva periodicidade, estando delimitadas naquele diploma as entidades que devem proceder ao reporte de informação. Assim, seria inovador por parte da ERC definir, em sede de regulamento, quais as entidades sujeitas à sua aplicação.

Com efeito, recaem sob a alçada daquele diploma todas as entidades identificadas no artigo 6.º dos Estatutos da ERC, além dos titulares e detentores de participações no capital social das mesmas (n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º). Apenas o n.º 2 do artigo 5.º exceciona as entidades que não estejam obrigadas a ter contabilidade organizada do dever de comunicar à ERC a informação relativa aos principais fluxos financeiros para a gestão das entidades abrangidas pela lei. Nesta matéria, o regulamento da ERC deve limitar-se a definir «a natureza dos dados a transmitir e a periodicidade da obrigação da informação». Da mesma forma, o n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, alude a uma obrigação que deve ser cumprida especificamente pelas «entidades referidas no n.º 1 do artigo 2.º que, sob forma societária, prossigam atividades de comunicação social», restringindo-se a ERC a fixar, através de regulamento, as «informações a incluir no relatório».

Em suma, é por demais evidente que o próprio legislador estabeleceu o perfil das entidades que se encontram obrigadas a comunicar informações sobre matérias claramente delimitadas e, por maioria de razão, daquelas que estão isentas desses deveres, não cabendo à ERC excluir certos regulados ao arrepio do próprio texto legal e extravasando, desse modo, a sua competência regulamentar.

Pelo exposto, não se pode dar acolhimento às sugestões no sentido de segmentar o âmbito de aplicação do Regulamento de acordo com os critérios propostos.

2.2.2 Fluxos financeiros: periodicidade e natureza dos dados a reportar à ERC

Atual redação do Projeto de regulamento:

«Artigo 3.º

Fluxos financeiros

1 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar à ERC as informações relativas aos seguintes indicadores financeiros:

a) Capital próprio;

b) Passivo total;

c) Rácio de autonomia financeira;

d) Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;

e) Resultados líquidos;

f) Montantes dos rendimentos totais e por rubrica (publicidade, direitos de transmissão, vendas de conteúdos, indemnizações compensatórias e outros);

g) Montantes dos passivos totais no balanço e por rubrica (financiamentos bancários, suprimentos de sócios, contas correntes e descobertos bancários, financiamentos titulados, dívidas perante o Estado, dívidas a fornecedores e outros);

h) Montantes totais das responsabilidades não inscritas na contabilidade (contingentes) que possam influenciar a tomada de decisão e por rubrica (garantias, livranças, letras, avais, instrumentos financeiros derivados e outros).

2 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, prosseguem atividades de comunicação social devem ainda comunicar à ERC:

a) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10 % dos rendimentos totais, indicando a respetiva percentagem e rubricas a que se referem;

b) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10 % da soma do montante total de passivos no balanço e das responsabilidades não inscritas na contabilidade que possam influenciar a tomada de decisão, indicando a respetiva percentagem e as rubricas a que se referem.

Artigo 4.º

Periodicidade da comunicação dos fluxos financeiros

1 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar semestralmente à ERC os fluxos financeiros referidos no artigo anterior.

2 — A comunicação é feita até 31 de agosto relativamente ao primeiro semestre do ano e até 28 de fevereiro do ano seguinte relativamente ao segundo semestre, através da plataforma digital referida no artigo 7.º»

a) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Estas entidades salientam que várias empresas têm mais do que uma atividade, entendendo que «os elementos a fornecer devem apenas dizer respeito à atividade de comunicação social», pelo que propõem a seguinte redação:

«Artigo 3.º

Fluxos financeiros

[...]

3-Tratando-se entidades que exerçam a título principal qualquer outra atividade, os deveres de informação previstos aplicar-se-ão por referência aos ativos, passivos, rendimentos e gastos, imputáveis às atividades referidas no artigo 6.º dos Estatutos da ERC, e não às contas da entidade como um todo».

Comentário da ERC

A ERC considera que esta dissociação vai aumentar a carga burocrática de reporte por parte destas entidades. No entanto, caso o regulado tenha interesse em fazer a distinção referida, terá toda a liberdade para isso.

2.2.2.1 Principais meios financeiros

a) Plataforma de Media Privados

A PMP considera «excessiva, desproporcional e desadequada a obrigação de prestar informações sobre os indicadores financeiros» especificados nas alíneas f), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º do Projeto de regulamento. Em especial quanto à alínea f), argumenta que tais informações «recaem sob a alçada do sigilo comercial», formam «o núcleo central e decisivo do sigilo comercial de uma empresa de media», pelo que discordam da sua disponibilização pública. Neste particular, expressa a opinião que a ERC «não teve em devida consideração as implicações nefastas que a disponibilização pública desta informação acarreta para o regular funcionamento do mercado dos media».

Esta entidade manifesta ainda reservas em relação ao n.º 2 do artigo 3.º do Projeto de regulamento, em particular a alínea b), argumentando que o conceito «das responsabilidades não inscritas na contabilidade que possam influenciar a tomada de decisão» é vago e indeterminado e que, a manter-se, carece de balizas técnicas adequadas.

- b) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Estas entidades propõem a seguinte redação do artigo 3.º do Projeto de regulamento:

«1 – Todas as pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar à ERC:

- a) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10% dos rendimentos totais, indicando a respetiva percentagem e rubricas a que se referem;
- b) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representam mais de 10% da soma do montante total de passivos no balanço e das responsabilidades não inscritas na contabilidade que possam influenciar a tomada de decisão, indicando a respetiva percentagem e as rubricas a que se referem.

2 – As entidades qualificadas como grandes e médias empresas, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo anterior, devem ainda comunicar à ERC as informações relativas aos seguintes indicadores financeiros:

- a) Capital próprio;
- b) Passivo total;
- c) Rácio de autonomia financeira;
- d) Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;
- e) Resultados líquidos;
- f) Montantes dos rendimentos totais e por rubrica (publicidade, direitos de transmissão, vendas de conteúdos, indemnizações compensatórias e outros);
- g) Montantes dos passivos totais no balanço e por rubrica (financiamentos bancários, suprimentos de sócios, contas correntes e descobertos bancários, financiamentos titulados, dívidas perante o Estado, dívidas a fornecedores e outros);
- h) Montantes totais das responsabilidades não inscritas na contabilidade (contingentes), que possam influenciar a tomada de decisão e por rubrica (garantias, livranças, letras, avais, instrumentos financeiros derivados e outros). (E)»

Comentário da ERC

Como referido em cima, relativamente à densificação das obrigações de informação no projeto de regulamento, a ERC está sensibilizada e concorda com alguns argumentos apresentados e, como a seguir se explicita, na versão final do Regulamento, veio simplificar a proposta de reporte inicialmente desenhada em termos de quantidade da informação a comunicar.

Foi preocupação desta Entidade Reguladora não sujeitar as entidades que prosseguem atividades de comunicação social a um agravamento significativo das obrigações de informação que sobre si impendem presentemente. Como referido no Projeto de regulamento, procurou-se que as obrigações em matéria de fluxos financeiros, ainda que com as devidas adaptações, fossem no essencial equivalentes àquelas que qualquer entidade com contabilidade organizada tem hoje perante o Estado. E não se pode ignorar que estas entidades, independentemente da sua dimensão, estão sujeitas a um conjunto de obrigações. Obrigações essas que vão além dos dois indicadores propostos pela APR, ARIC, AID, CPMCS e outros.

Por outro lado, a ERC é sensível às observações da Plataforma de Media Privados relativamente às alíneas f), g) e h) do n.º 1 do artigo 3.º do Projeto de Regulamento. Em conformidade, as alíneas referidas foram alteradas para assegurar a isenção de reporte por segmento de rubrica de meio de rendimento e de financiamento, mantendo-se apenas os valores agregados referentes a cada um dos indicadores.

Já o n.º 2 do artigo 3.º do Projeto de regulamento consiste numa extensão dos indicadores já identificados no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, sendo que aqui é apenas solicitado aos regulados que indiquem a percentagem e a rubrica em causa.

Quanto ao termo «das responsabilidades não inscritas na contabilidade que possam influenciar a tomada de decisão», terá de se explicitar que, de acordo com as normas contabilísticas em vigor, através da Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro, o Aviso n.º 15654/2009 e o Aviso n.º 15655/2009, as entidades que estão obrigadas a reportar a informação financeira através do sistema contabilístico geral ou simplificado devem reportar os ativos e os passivos contingentes que possam ter uma influência material na tomada de decisão. Por conseguinte, o que se pretende com o indicador «das responsabilidades não inscritas na contabilidade que possam influenciar a tomada de decisão» é a identificação dos

passivos contingentes que possam ter um impacto material nas decisões económicas. Em prol da maior clareza do indicador, adapta-se a sua designação no Regulamento para «Passivos contingentes com impacto material nas decisões económicas».

2.2.2.2 Periodicidade e datas para a comunicação de dados financeiros

a) Eurico Ferreira de Carvalho (Diretor do *Ecos da Marofa*)

Este responsável sugere que a periodicidade para a comunicação dos principais meios financeiros passe de semestral para anual para as empresas com capital social igual ou inferior a 10 mil ou 5 mil euros.

b) Plataforma de Media Privados

Segundo a PMP, o Projeto de regulamento não considera devidamente as obrigações de natureza legal e regulatória que se aplicam aos grupos de media cotados em bolsa.

Quanto à obrigação de reporte semestral, sublinha que os indicadores financeiros a comunicar à ERC «serão necessariamente os dados financeiros resultantes das contas semestrais individuais de cada entidade que prossiga atividade de comunicação social. Acontece, porém [...], que tal obrigação não existe atualmente no ordenamento jurídico. Existe sim a obrigação de divulgação de informação semestral pela sociedade cotada, nos termos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), ou seja, e no caso dos grupos dos media cotados em bolsa, apenas é comunicada à Comissão dos Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a informação financeira consolidada». Conclui que esta obrigação de informação «extravasa, para além do razoável e adequado, o volume de informação que as sociedades cotadas em bolsa estão obrigadas a comunicar à CMVM».

Quanto à informação relativa ao segundo semestre (n.º 2 do artigo 4.º do Projeto de regulamento), considera não fazer sentido exigir o seu envio em dois meses, até 28 de fevereiro, uma vez que «o prazo para a aprovação das contas anuais individuais é de três meses a contar da data do encerramento do exercício, nos termos do artigo 65.º do Código

das Sociedades Comerciais e de quatro meses para as sociedades cotadas, conforme previsto no artigo 245.º do CVM». A recolha, tratamento e envio de informação financeira fora deste calendário «acarreta necessariamente um encargo significativo para as empresas de media», além de que a sua divulgação por parte de uma empresa cotada em data anterior ao do termo do prazo para o envio de informação ao mercado «pode provocar a necessidade de essa informação também ter de ser divulgada aos seus acionistas e ao mercado, no pressuposto de a mesma configurar informação privilegiada, nos termos do artigo 248.º do CVM».

c) Grupo PT

Esta entidade considera «excessivo e desajustado que tal comunicação ocorra em dois momentos distintos», argumentando que este tipo de informação consta das contas anuais das empresas, às quais é dada publicidade, pelo que não vislumbra «qualquer vantagem em onerar as empresas com uma obrigação intermédia».

Quanto às datas para o reporte, alerta que a divulgação das contas anuais ocorre «durante os quartos ou quintos meses do ano seguinte a que as mesmas respeitam». A data de 28 de fevereiro deve ser alterada, e nunca para antes de 31 de maio.

d) Autoridade da Concorrência

No que respeita ao artigo 4.º do Projeto de regulamento, a Autoridade da Concorrência considera útil clarificar quais as informações objeto de comunicação semestral, se apenas os fluxos financeiros, concretizando-se quais tendo como referência as alíneas do n.º 1 do artigo 3.º do Projeto de regulamento, ou também os demais dados previstos no mesmo artigo 3.º que não consistam em fluxos financeiros.

- e) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Estas entidades propõem a seguinte periodicidade e modalidade para a comunicação de informação:

«Artigo 4.º

Periodicidade da comunicação dos fluxos financeiros

1-As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar à ERC os fluxos financeiros referidos no artigo anterior, com a seguinte periodicidade:

- a) As entidades qualificadas como micro e pequenas empresas, anualmente, até 30 de Abril;
- b) As entidades qualificadas como médias e grandes empresas, semestralmente, até 30 de Setembro e 31 de Março, respetivamente.»

Comentário da ERC

Como referido em cima, a ERC está sensibilizada e concorda com os argumentos apresentados nesta matéria e, como tal, na versão final do regulamento, simplificou-se a proposta de reporte inicialmente desenhada também em termos de periodicidade da comunicação, que passa para anual em vez de semestral e deve ser efetuada, em cada ano, até 30 de abril.

2.2.3 Relatório de governo societário

Atual redação do Projeto de regulamento:

«Estruturas e práticas de governo societário

Artigo 5.º

Relatório anual de governo societário

1 — As pessoas coletivas sob forma societária que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social devem anualmente elaborar e enviar à ERC, até 30 de abril de cada ano, um relatório sobre as estruturas e práticas de governo societário por si adotadas, o qual inclua a seguinte informação:

- a) Estrutura do capital social;*
 - b) Titularidade dos órgãos sociais e atividades profissionais paralelas;*
 - c) Existência e descrição dos sistemas de controlo interno e comunicação de irregularidades quanto ao controlo dos meios de financiamento obtidos;*
 - d) Mecanismos relevantes de garantia de independência em matéria editorial.*
- 2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, o relatório deve incluir a seguinte informação:*
- a) Estrutura de capital, incluindo ações próprias e acordos parassociais;*
 - b) Controlo acionista e exercício de direitos de voto;*
 - c) Participações sociais e obrigações detidas;*
 - d) Alienações e aquisições de participação igual ou superior a 5 % do capital social ou dos direitos de voto, nos termos previstos no artigo 11.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, ocorridas no período em análise.*
- 3 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:*
- a) Composição e titularidade dos órgãos sociais;*
 - b) Competências e funcionamento dos órgãos sociais;*
 - c) Modelo de governação dos órgãos sociais, com diferenciação dos órgãos executivos dos não executivos;*
 - d) Nota biográfica, profissional e académica dos titulares dos órgãos sociais;*
 - e) Atividades profissionais paralelas dos membros dos órgãos sociais.*
- 4 — Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:*
- a) Descrição detalhada dos mecanismos internos existentes para minimizar os riscos de irregularidades na obtenção de meios de financiamento e de eventuais conflitos de interesses;*
 - b) Organograma ou mapas funcionais com repartição de competências e informação sobre eventuais delegações de competências;*
 - c) Mecanismos que permitam aferir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;*
 - d) Identificação, sempre que aplicável, do Técnico Oficial de Contas, do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo, assim como as contraprestações auferidas;*
 - e) Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, nomeadamente critérios de definição da componente variável da remuneração;*
 - f) Estatutos e outros regulamentos internos;*
 - g) Indicadores sobre audiências, tiragens e circulação;*
 - h) Mecanismo para a comunicação interna e externa de irregularidades.*
- 5 — Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:*
- a) Estatuto editorial do ou dos órgãos de comunicação social;*
 - b) Estrutura editorial do ou dos órgãos de comunicação social;*
 - c) Responsáveis editoriais do ou dos órgãos de comunicação social;*
 - d) Nota biográfica, profissional e académica dos responsáveis editoriais;*
 - e) Atividades paralelas remuneradas dos responsáveis editoriais;*
 - f) Composição do Conselho de Redação, estatuto e principais decisões no período em análise, quando aplicável;*
 - g) Autonomia orçamental dos responsáveis editoriais;*
 - h) Manuais de boas práticas editoriais e códigos de conduta.»*

a) Plataforma de Media Privados

Segundo esta entidade, na elaboração do artigo 5.º do Projeto de regulamento, a ERC «não tem em devida consideração a especificidade das obrigações de reporte das sociedades cotadas», recordando que o relatório de governo das sociedades cotadas é objeto de aprovação pela Assembleia Geral da sociedade. Apesar de não integrar os documentos que aprovam as contas, a informação a reportar no relatório de governo societário diz respeito a matérias da competência da gestão, pelo que a PMP sugere que «possa ser parte integrante do relatório de gestão, nos termos e prazos» legalmente previstos. Sugere, em sequência,

que os grupos de sociedades detentoras de diversos órgãos de comunicação social, que reportam informação financeira consolidada à CMVM, «possam apresentar um relatório único de gestão e de governo societário, à semelhança da faculdade conferida no Código das Sociedades Comerciais».

Propõe ainda que seja simplificado e minimizado o universo de obrigações de reporte por parte das sociedades cotadas, «tendo em consideração o conjunto de obrigações e respetiva calendarização existentes no ordenamento jurídico português, nomeadamente no Código das Sociedades Comerciais e no Código dos Valores Mobiliários».

Reitera, por fim, que «uma obrigação adicional de informação sobre os meios de financiamento das sociedades cotadas que extravase as obrigações de reporte e respetiva calendarização», ao abrigo do CVM, poderá redundar num eventual processo de infração do referido Código, em particular do disposto no artigo 248.º. Por isso se solicita «a articulação entre o CR-ERC e a CMVM nesta matéria».

b) Autoridade da Concorrência

Esta Autoridade considera que seria útil fixar a data de referência para o relatório em causa, a enviar à ERC, que poderá equivaler ao termo do ano civil [31 de dezembro].

Quanto ao n.º 3 do artigo 5.º do Projeto de regulamento, a Autoridade da Concorrência aconselha que, para além do disposto na alínea e), deveria ser incluída informação sobre eventuais prestações de serviços a outras entidades que prossigam atividades de comunicação social, bem como a pessoas individuais ou coletivas que detenham participações, diretas ou indiretas, nestas entidades.

Por fim, esta entidade recomenda a ponderação de uma eventual duplicação da informação enviada em cumprimento das obrigações previstas nos artigos 3.º e 5.º da Lei da Transparência e das informações constantes do relatório anual de governo societário, nos termos do artigo 5.º.

c) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Sendo legalmente exigido apenas às empresas cotadas em bolsa a apresentação do Relatório Anual de Governo Societário, «não faz qualquer sentido que de repente essa obrigação seja alargada a todas as entidades (...) que prosseguem atividades de comunicação social», em particular pequenas e micro empresas.

Comentário da ERC

Já na nota justificativa do Projeto de regulamento se antecipava que o relatório anual de governo societário poderia representar um novo procedimento para alguns regulados. Consideramos, pois, pertinente reforçar que a elaboração deste documento e inerente regulamentação de conteúdo são imposições da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho. Com efeito, as obrigações plasmadas no artigo 5.º do Projeto de regulamento aplicam-se a todas as entidades que revistam forma societária, e não apenas às sociedades cotadas, como determina o artigo 16.º daquele diploma. Ademais, este relatório é autónomo face à comunicação dos fluxos financeiros.

Também nesta matéria, a ERC, na versão final do Regulamento, minimizou as obrigações de reporte e acautelou uma possível duplicação desnecessária de informações. A única exceção em sentido contrário prende-se com a sugestão da Autoridade da Concorrência de incluir no n.º 3 do artigo 5.º do Projeto de regulamento uma alínea sobre eventuais prestações de serviços a outras entidades que prossigam atividades de comunicação social, bem como a pessoas individuais ou coletivas que detenham participações, diretas ou indiretas, nestas entidades. Mais ainda, clarificou que a ausência de reporte de algum ou alguns dos indicadores incluídos no documento será entendida como não existência ou não aplicabilidade dos mesmos ao caso específico do regulado que reporta a informação, por forma a atender às necessidades de estruturas societárias mais simples.

A data de envio do relatório de governo societário é também definida na referida Lei, até 30 de abril, pelo que a sugestão de fazer coincidir esse envio com a data da assembleia geral não pode ser acolhida.

A ERC considera ainda pertinente a sugestão da Autoridade da Concorrência de fixar a data de referência para o relatório de governo societário no termo do exercício anterior (31 de dezembro).

2.2.4 Plataforma digital

Atual redação do Projeto de regulamento:

«Artigo 7.º

Plataforma digital

As informações relativas aos principais meios de financiamento e o relatório anual de governo societário, assim como a restante informação exigida pela Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, são comunicados à ERC através da plataforma digital criada especificamente para o efeito.»

a) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Estas entidades, ainda que manifestando compreender os motivos na origem da obrigatoriedade de comunicação de informações através de uma ferramenta eletrónica, defendem não poder «aceitar como obrigatória a imposição de envio dos dados à ERC através do preenchimento dos mesmos numa plataforma digital criada especificamente para o efeito» ainda que podendo «aceitar que a introdução dos dados na referida plataforma seja uma das várias formas possíveis das entidades obrigadas ao reporte fazerem chegar essa informação».

Lembra que o n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, prevê que os dados possam ser fornecidos à ERC por outras entidades da administração ou organismos públicos, neste caso obviando à introdução obrigatória dos dados na plataforma.

Acrescenta que «o carácter sigiloso de alguns dos dados que se devem reportar torna virtualmente impossível o envio dos mesmos através de uma plataforma eletrónica sujeita a todo o tipo de problemas inerentes à informação disponibilizada online que circula na internet das quais destacamos apenas eventuais ataques de hackers, possíveis perdas de dados ou até colocação on-line de dados sigilosos e que deveriam estar fora do acesso ao público».

Propõe, por conseguinte, a seguinte redação do Artigo 7.º, que corresponderia ao Artigo 6.º:

«1-As informações relativas aos principais meios de financiamento e o relatório anual de governo societário, assim como a restante informação exigida pela Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, poderão ser comunicados à ERC através de uma plataforma digital criada especificamente para o efeito.

2-No caso das informações a fornecer consistirem em informações já na posse da ERC, da administração ou de outro organismo público, as entidades ficam dispensadas de as comunicar desde que consintam na sua transmissão à ERC pelos serviços que as detenham».

Comentário da ERC

A opção pela plataforma digital como meio para a comunicação de dados à ERC baseia-se nos princípios da Administração Eletrónica, com todas as inerentes vantagens de eficácia, celeridade e comodidade. Concretizam-se, desta forma, os princípios gerais aplicáveis à promoção da Administração Eletrónica (cf. artigo 14.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro).

Com efeito, não se anulando a necessária articulação e adaptação dos serviços existentes de retaguarda (*backoffice*) aos novos canais de relacionamento, permite-se o acesso rápido, conveniente, fiável e seguro, em qualquer momento e em qualquer local, ao maior número possível de informações.

Resumindo os objetivos da «Administração Eletrónica», verifica-se:

1. Um aumento de eficácia da Administração Pública no seu todo;
2. Um aumento da eficiência, com maior rapidez, maior segurança e menos utilização de recursos pela Administração Pública;
3. Um aumento da Transparência da Administração Pública e do Estado perante os cidadãos/regulados, que podem receber mais informação e de maior qualidade, com a auto monitorização da ação da Administração Pública;
4. Um aumento dos níveis de responsabilização das instituições e funcionários;
5. Uma redução dos custos do funcionamento interno e da prestação dos serviços da Administração Pública, do Estado e dos seus diferentes operadores.

Para salvaguarda dos princípios invocados, a ERC mantém a obrigatoriedade do uso da plataforma digital como meio para comunicar informações no âmbito da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Por outro lado, no desenvolvimento desta ferramenta informática, a ERC diligenciou para garantir a segurança na comunicação e armazenamento dos dados. A este respeito, esclarece-se que o portal vai ser acedido através do protocolo HTTPS (*Hyper Text Transfer Protocol Secure*), que é uma implementação do protocolo HTTP sobre uma camada adicional de segurança que utiliza o protocolo SSL/TLS. Essa camada adicional permite que os dados sejam transmitidos por meio de uma conexão criptografada entre cliente e servidor e que se possa verificar a autenticidade do servidor. A utilização deste protocolo será evidenciada pela existência de um cadeado na barra de endereços. A existência desse símbolo indica o uso do protocolo HTTPS e que a comunicação entre o navegador e o servidor será feita de forma segura. A identidade do servidor e a cadeia de certificação podem a qualquer momento ser verificadas no próprio portal.

Quanto ao cumprimento do n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, deve aclarar-se que este diploma não determinou o procedimento através do qual a entidade obrigada à prestação das informações deve consentir na transmissão à ERC de informações já em posse da administração. Para o bom funcionamento deste mecanismo, os interessados na comunicação de informação deverão preencher um formulário, que será disponibilizado por esta Entidade, pelo qual autorizam a ERC a solicitar a entidades terceiras as informações em causa. Não se afigura que este procedimento colida com a comunicação de informações através de uma plataforma digital.

Adicionalmente, a disponibilização e tratamento da informação acerca do vasto universo de regulados da ERC serão feitas de forma mais eficiente e fidedigna se essa informação já constar de uma plataforma informática.

2.2.5 Confidencialidade

a) Plataforma de Media Privados

Esta entidade assinala que o projeto de regulamento (assim como a própria Lei) não prevêem o que se poderá entender por «interesse fundamental dos interessados» que possa justificar a confidencialidade da informação reportada e prevenir a sua disponibilização pública. Nota que «esta omissão não dá sequer aos interessados a oportunidade de se manifestarem quanto aos critérios utilizados para aferir o que será um interesse fundamental para o Conselho Regulador da ERC (E), não permitindo, consequentemente, que os interessados possam ter opção de dividir a informação consoante o que for efetivamente necessário disponibilizar». A PMP propõe que «deverá ser estabelecido quais os interesses fundamentais dos interessados que possam justificar que a informação e os documentos disponibilizados não sejam acessíveis ao público».

b) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Estas organizações consideram que requer regulamentação a exceção ao princípio da publicidade da informação comunicada à ERC, quando esta entenda que interesses fundamentais dos interessados o justificam. Advoga ainda que tal decisão não deverá ficar exclusivamente ao critério da ERC, mas as próprias entidades deverão ter a possibilidade de dizer quais os casos em que a exceção deve ser aplicada. Por isso propõem que no regulamento se inscreva «a possibilidade de as entidades solicitarem à ERC a reserva de divulgação pública de alguma da informação que são obrigadas a fornecer à Entidade Reguladora», através da introdução de um novo artigo, com o título «Disponibilização pública da informação», que teria a seguinte redação:

«Artigo 7.º

Disponibilização pública da informação

1-Atendendo à sensibilidade e ao carácter sigiloso de alguns dos dados solicitados, as entidades poderão solicitar à ERC a aplicação do regime de exceção previsto no n.º 1 do artigo 6.º.

2-O pedido deverá indicar expressamente os dados que a empresa não pretende ver divulgados, bem como as razões que estão na base do pedido de não divulgação pública dessa informação.

3-Aquando da publicação da informação de cada entidade, deverá constar indicação das matérias que foram alvo de pedido de não disponibilização pública.

4-A ERC poderá rejeitar o pedido de aplicação do regime de exceção, desde que por motivos devidamente fundamentados, devendo informar a entidade dessa situação antes da publicação da informação em causa».

Comentário da ERC

O artigo 6.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, sobre «Disponibilização pública da informação», estipula, no seu artigo 1.º, que a informação transmitida à ERC nos termos do n.º 1 do artigo 3.º, do artigo 5.º e do artigo 16.º é de acesso público, «exceto nos casos em que a ERC entenda que interesses fundamentais dos interessados justificam exceções a esse princípio». É entendimento da ERC que, por razões de funcionalidade do preceito, a atribuição de carácter confidencial a determinada informação prestada depende, não de uma prévia determinação de critérios, mas de solicitação expressa do interessado. Para esse fim, o particular que entenda estar em causa informação carecida de tratamento confidencial deve qualificar o seu conteúdo, justificando as razões de sigilo, e fornecer à ERC uma versão expurgada de elementos confidenciais para publicitação, caso a ERC acolha o entendimento de que a informação deve ser classificada como reservada.

Sendo esta uma preocupação fundamental expressa pelos intervenientes na consulta pública, considera-se pertinente que no Regulamento se faça menção a que a ERC seguirá a *supra* descrita metodologia na apreciação da confidencialidade da informação, acolhendo-se a proposta de formulação da APR, ARIC, AID, CPMCS e outros.

2.2.6 Outras questões

Atual redação do Projeto de regulamento:

«Artigo 6.º

Esclarecimentos e informações complementares

A ERC pode solicitar, a todo o tempo, esclarecimentos e informações complementares aos previstos no presente regulamento, bem como realizar as averiguações que considere necessárias para o cumprimento dos objetivos da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.»

a) APR, ARIC, AID, CPMCS e outros

Estas entidades propõem a eliminação do artigo 6.º do Projeto de regulamento [«Esclarecimentos e informações complementares»], com o fundamento de que a proposta de regulamento «já extravasa todas as expectativas na quantidade de elementos exigidos».

Comentário da ERC

A ERC entende que este artigo deve ser mantido, ainda que a sua redação deva ser clarificada para uma mais cabal compreensão dos fins que, por seu intermédio, se prosseguem.

3. Texto final do Regulamento (proposta)

Regulamento que estabelece as regras sobre a transparência dos principais meios de financiamento e sobre o relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

A Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

No artigo 5.º, relativo à transparência dos principais meios de financiamento, prevê -se a aprovação, pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), de regulamento que fixe a periodicidade da obrigação da informação e a natureza dos dados que devem ser transmitidos à ERC relativos aos principais fluxos financeiros para a gestão das entidades abrangidas por aquela lei.

O artigo 16.º prevê que as entidades que, sob forma societária, prosseguem atividades de comunicação social devem enviar anualmente à ERC um relatório de governo societário, estipulando que as informações a incluir são definidas em regulamento da ERC.

Como tal, compete ao Conselho Regulador da ERC aprovar o presente regulamento, dando assim cumprimento ao disposto na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, tendo optado, por uma questão de sistematização e legibilidade, bem como para maior facilidade dos regulados, por condensar num só regulamento os atos normativos previstos nos referidos artigos 5.º e 16.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Ainda por uma questão de simplicidade operacional, a ERC está a desenvolver uma plataforma digital, através da qual serão comunicadas pelos regulados, de forma cómoda, célere e económica, as informações exigidas pela Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Refira -se, por último, que o presente regulamento foi objeto de consulta pública, estando o relatório desta consulta disponível no sítio eletrónico da ERC.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º e do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, e da alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, o Conselho Regulador da ERC aprova o seguinte regulamento:

CAPÍTULO I

Objeto

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente regulamento define a natureza dos dados que devem ser comunicados à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) relativos aos principais fluxos financeiros para a gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social e a periodicidade dessa comunicação.

2 — O presente regulamento define ainda as informações que devem ser incluídas no relatório anual de governo societário das pessoas coletivas que, sob forma societária, prosseguem atividades de comunicação social.

CAPÍTULO II

Principais meios de financiamento

Artigo 2.º

Destinatários

1 — Todas as pessoas singulares ou coletivas, identificadas no artigo 6.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, e no artigo 2.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, que, sob jurisdição do Estado português, prosseguem atividades de comunicação social são obrigadas a comunicar à ERC os principais fluxos financeiros para a sua gestão.

2 — A obrigação prevista no número anterior não é aplicável às pessoas singulares ou coletivas que não estejam legalmente obrigadas a ter contabilidade organizada.

Artigo 3.º

Fluxos financeiros

1 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar à ERC as informações relativas aos seguintes indicadores financeiros:

- a) Capital próprio;
- b) Ativo total;
- c) Passivo total;
- d) Resultados operacionais ou resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;
- e) Resultados líquidos;
- f) Montantes dos rendimentos totais;
- g) Montantes dos passivos totais no balanço;
- h) Montantes totais dos passivos contingentes com impacto material nas decisões económicas.

2 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, prosseguem atividades de comunicação social devem ainda comunicar à ERC:

- a) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10% dos rendimentos totais, indicando a respetiva percentagem e rubricas a que se referem;
- b) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10% da soma do montante total de passivos no balanço e dos passivos contingentes com impacto material nas decisões económicas, indicando a respetiva percentagem e as rubricas a que se referem.

3 — Todas as informações sobre fluxos financeiros não comunicadas serão assumidas pela ERC como não existentes ou não aplicáveis nos termos do presente Regulamento e da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Artigo 4.º

Periodicidade da comunicação dos fluxos financeiros

1 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar anualmente à ERC os fluxos financeiros referidos no artigo anterior.

2 — A comunicação é feita até 30 de abril tendo como referência o termo do exercício anterior, a 31 de dezembro, através da plataforma digital referida no artigo 7.º.

CAPÍTULO III

Estruturas e práticas de governo societário

Artigo 5.º

Relatório anual de governo societário

1 - As pessoas coletivas sob forma societária que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social devem anualmente elaborar e enviar à ERC, até 30 de abril de cada ano, tendo como referência o termo do exercício anterior, a 31 de dezembro, um relatório sobre as estruturas e práticas de governo societário por si adotadas, o qual inclua a seguinte informação:

- a) Titularidade dos órgãos sociais e atividades profissionais paralelas;
- b) Existência e descrição dos sistemas de controlo interno e comunicação de irregularidades quanto ao controlo dos meios de financiamento obtidos;
- c) Mecanismos relevantes de garantia de independência em matéria editorial.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:

- a) Composição e titularidade dos órgãos sociais;
- b) Competências e funcionamento dos órgãos sociais;
- c) Modelo de governação dos órgãos sociais, com diferenciação dos órgãos executivos dos não executivos;
- d) Nota biográfica, profissional e académica dos titulares dos órgãos sociais;
- e) Atividades profissionais paralelas dos membros dos órgãos sociais e prestações de serviços a outras entidades que prossigam atividades de comunicação social, e a pessoas individuais ou coletivas que detenham participações, diretas ou indiretas, nestas entidades.

3 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:

- a) Descrição detalhada dos mecanismos internos existentes para minimizar os riscos de irregularidades na obtenção de meios de financiamento e de eventuais conflitos de interesses;
- b) Organograma ou mapas funcionais com repartição de competências e informação sobre eventuais delegações de competências;
- c) Mecanismos que permitam aferir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;
- d) Identificação do Técnico Oficial de Contas, do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo, assim como as contraprestações auferidas;
- e) Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, nomeadamente critérios de definição da componente variável da remuneração;
- f) Estatutos e outros regulamentos internos;
- g) Indicadores sobre audiências, tiragens e circulação;
- h) Mecanismo para a comunicação interna e externa de irregularidades.

4 — Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:

- a) Estatuto editorial do ou dos órgãos de comunicação social;
- b) Estrutura editorial do ou dos órgãos de comunicação social;
- c) Responsáveis editoriais do ou dos órgãos de comunicação social;
- d) Nota biográfica, profissional e académica dos responsáveis editoriais;
- e) Atividades paralelas remuneradas dos responsáveis editoriais;
- f) Composição do Conselho de Redação, estatuto e principais decisões no período em análise;
- g) Autonomia orçamental dos responsáveis editoriais;
- h) Manuais de boas práticas editoriais e códigos de conduta.

5 — Todas as informações não inseridas no relatório anual de governo societário serão assumidas pela ERC como não existentes ou não aplicáveis nos termos do presente Regulamento e da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 6.º

Esclarecimentos e informações adicionais

A ERC pode solicitar, a todo o tempo, esclarecimentos e informações ao abrigo do presente regulamento e no cumprimento dos objetivos da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Artigo 7.º

Plataforma digital

As informações relativas aos principais meios de financiamento e o relatório anual de governo societário, assim como a restante informação exigida pela Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, são comunicados à ERC através da plataforma digital criada especificamente para o efeito.

Artigo 8.º

Disponibilização pública da informação

1 — Atendendo à sensibilidade e ao carácter sigiloso de alguns dos dados solicitados, as entidades poderão solicitar à ERC a aplicação do regime de exceção previsto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

2 — O pedido deverá indicar expressamente os dados que a empresa não pretende ver divulgados, bem como as razões que estão na base do pedido de não divulgação pública dessa informação.

3 — Aquando da publicação da informação de cada entidade, deverá constar indicação das matérias que foram alvo de pedido de não disponibilização pública.

4 — A ERC poderá rejeitar o pedido de aplicação do regime de exceção, desde que por motivos devidamente fundamentados, devendo informar a entidade dessa situação antes da publicação da informação em causa.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

Anexo 1

«Projeto de regulamento que estabelece as regras sobre a transparência dos principais meios de financiamento e sobre o relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem atividades de comunicação social»

[Aviso n.º 14279/2015 – DR, 2.ª Série, N.º 238 — 4 de dezembro de 2015]

Diário da República, 2.ª série — N.º 238 — 4 de dezembro de 2015

36411



PARTE D

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Despacho (extrato) n.º 14464/2015

Com referência ao Despacho n.º 2732/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 4 de fevereiro, tendo em vista a informação da jurisdição do Tribunal da Relação de Lisboa, designo para integrar

a respectiva comissão, com efeitos a 1 de dezembro de 2015, a Exma. Juíza Desembargadora, Paula de Jesus Jorge Santos, a desempenhar funções na 4.ª secção deste Tribunal, em substituição da Exma. Juíza Desembargadora Maria Isabel Fernandes Tapadinhas.

10 de novembro de 2015. — O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, *Lúcia Maria Fial dos Neves*.

209144109



PARTE E

AUTORIDADE NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL

Despacho n.º 14465/2015

A INAER Helicopter Portugal, L.ª, com sede no Heliporto de Salernas, Lugar de Salernas, 2670-769 Loures, é titular de uma licença para o exercício da atividade de trabalho aéreo, que lhe foi concedida pelo Despacho n.º 676/2012, de 30 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2012, a última alteração à licença decorre do Despacho n.º 5575/2013, de 16 de abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 29 de abril de 2013.

Tendo a referida empresa requerido a alteração da licença e estando cumpridos todos os requisitos exigíveis para o efeito, determino, ao abrigo do artigo 6.º e artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 44/2013, de 2 de abril, e no uso das competências delegadas pelo Conselho de Administração da ANAC, conforme n.º 4.5.1, da Deliberação n.º 1755/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 11 de setembro de 2015, o seguinte:

1 — É alterada a alínea b) da licença de Trabalho Aéreo do operador INAER Helicopter Portugal, L.ª, que passa a ter a seguinte redação:

«b) Quanto ao equipamento:

10 aeronaves de PMAD não superior a 10.000 kg;
4 aeronaves de PMAD não superior a 25.000 kg.»

2 — É republicado, em anexo, o texto integral da licença, tal como resulta das referidas alterações.

9 de novembro de 2015. — A Vogal do Conselho de Administração, *Lúcia Maria Esteves da Fonseca*.

ANEXO

1 — O operador INAER Helicopter Portugal, L.ª, com sede no Heliporto de Salernas, Lugar de Salernas, 2670-769 Loures, é titular de uma licença de Trabalho Aéreo, nos seguintes termos:

a) Quanto ao tipo de exploração:

As modalidades constantes do Certificado de Operador de Trabalho Aéreo;

b) Quanto ao equipamento:

10 aeronaves de PMAD não superior a 10.000 kg;
4 aeronaves de PMAD não superior a 25.000 kg.

2 — O exercício dos direitos conferidos por esta licença está permanentemente dependente da posse de um Certificado de Operador de Trabalho Aéreo válido.

209138083

ERC — ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Aviso n.º 14278/2015

O Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social torna público que, na sua reunião realizada no dia 18 de novembro de 2015, discutiu e aprovou o projeto de regulamento que estabelece as regras sobre a transparência dos principais meios de financiamento e sobre o relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

O referido regulamento visa dar cumprimento ao disposto nos artigos 5.º e 16.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Mais deliberou, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 100.º e do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, submeter o aludido projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias.

Assim, convidam-se todos os interessados a dirigir por escrito à Entidade Reguladora para a Comunicação Social eventuais sugestões, dentro do período atrás referido, as quais deverão ser remetidas para o endereço eletrónico consultapublica.transparencia@erc.pt

18 de novembro de 2015. — O Conselho Regulador: *Carlos Magno — Alberto Aires de Carvalho — Luísa Roseira — Raquel Alexandra Castro — Rui Gomes*.

Nota justificativa

1 — A Constituição da República Portuguesa consagra, no seu artigo 38.º, a garantia da liberdade de imprensa, definindo a obrigatoriedade de o Estado assegurar a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e económico e impedindo a concentração da sua propriedade (cf. n.º 4). No âmbito da proteção da liberdade de imprensa, assegura ainda a Lei Fundamental «a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social» (cf. n.º 3).

2 — O princípio da transparência da titularidade dos órgãos de comunicação social e dos seus meios de financiamento apresenta-se assim como um imperativo constitucional, surgindo como uma das garantias fundamentais de proteção de outros direitos e valores constitucionais associados aos designados direitos de informação, como a defesa do pluralismo, da independência dos órgãos de comunicação social e da não concentração da propriedade das empresas de comunicação social. É também ao nível da Lei Fundamental que se atribui ao regulador da comunicação social o dever de assegurar a não concentração da titularidade dos meios de comunicação social» [alínea b) do artigo 39.º], bem como a sua «independência perante o poder político e o poder económico» [alínea c) do artigo 39.º].

3 — Estes deveres surgem ainda plasmados nos Estatutos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, onde se estabelecem como atribuições desta entidade administrativa independente «[v]elar pela não concentração da titularidade das entidades que prosseguem atividades de comunicação social com vista à salvaguarda do pluralismo e da diversidade».

«[r]elar pela independência das entidades que prosseguem atividades de comunicação social perante os poderes político e económico e o dever de «[a]segurar, em articulação com a Autoridade da Concorrência, o regular e eficaz funcionamento dos mercados de imprensa escrita e de audiovisual em condições de transparência e equidade» (alínea b), c) e g) do artigo 8.º».

4 — Em linha com estas atribuições, são competências do Conselho Regulador da ERC «[p]articipar, em articulação com a Autoridade da Concorrência, na determinação dos mercados economicamente relevantes no setor da comunicação social»; «[p]romover, nos termos da lei, sobre as aquisições de propriedade ou práticas de concentração das entidades que prosseguem atividades de comunicação social»; bem como «[p]roceder à identificação dos poderes de influência sobre a opinião pública, na perspetiva da defesa do pluralismo e da diversidade» (alíneas o), p) e g) do n.º 3 do artigo 24.º dos Estatutos da ERC).

5 — A ERC surge, assim, como a entidade administrativa independente central na defesa do pluralismo, da não concentração da propriedade e da garantia de independência dos órgãos de comunicação social.

6 — A Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, veio unificar num só diploma a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social. Deste modo, esta lei condensa e, nalguns casos, substitui muitas das regras de identificação da titularidade de órgãos de comunicação social que já existiam no nosso ordenamento jurídico, por via do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de junho, que define o regime de registos de órgãos de comunicação social e que tem como um dos seus principais fundamentos garantir a transparência da sua propriedade, e também por via das Leis da Rádio, da Televisão e da Imprensa. Atente-se que estes diplomas continham a acócher os regimes do pluralismo e dos limites à concentração da propriedade dos meios em Portugal.

7 — A Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, encontra ariro nas recomendações da União Europeia para a proteção da liberdade e dos meios de comunicação social no designado novo ecossistema mediático, crescentemente determinado pelo ritmo de evolução das tecnologias digitais.

8 — Na reunião do Conselho da Europa sobre liberdade e pluralismo dos órgãos de comunicação social, realizada em 2014, os representantes dos Estados membros concordaram, precisamente, que «[a]s informações relativas à propriedade de determinada empresa de comunicação social, assim como a outras entidades ou pessoas que beneficiem dessa propriedade, devem ser facilmente acessíveis aos cidadãos, de modo a que possam formar, com conhecimento de causa, uma opinião sobre as informações fornecidas» (ponto 13 das Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros, 2014/C 32/04). E, nesse sentido, os Estados membros foram convidados pelo Conselho da Europa a adotar medidas adequadas à concretização de «uma genuína transparência da propriedade dos meios de comunicação social» (ponto 19 das referidas conclusões).

9 — Dado que a atividade de comunicação social é simultaneamente uma atividade cultural e económica — leia-se, por exemplo, a Diretiva dos Serviços de Comunicação Audiovisual ou a Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa —, a transparência da propriedade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social afiura-se como um fator fundamental da transparência do próprio funcionamento do mercado, na medida em que contribui para a prevenção de eventuais distorções de concorrência, promovendo condições de equidade para os diferentes agentes económicos do setor.

10 — A aplicação plena das obrigações previstas na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, obriga ao exercício de um poder regulamentar por parte da ERC. Com efeito, o artigo 5.º, sobre transparência dos principais meios de financiamento, remete para regulamento da ERC a definição da natureza dos dados que deverão ser a esta transmitidos quanto aos principais fluxos financeiros de gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social, bem como a definição da periodicidade para o cumprimento dessa obrigação. O artigo 16.º, relativo ao relatório anual de governo societário, atribui também à ERC a obrigação de determinar as informações que devem constar do relatório que as entidades que prosseguem atividades de comunicação social sob forma societária devem enviar anualmente a esta entidade reguladora. Em suma, compete ao Conselho Regulador dar cumprimento ao disposto na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, e regulamentar as seguintes matérias: transparência dos principais meios de financiamento e relatório anual de governo societário.

11 — Por uma questão de sistematização, legibilidade e facilidade operacional, o Conselho Regulador optou por condensar num só regulamento os atos regulamentares previstos nos referidos artigos 5.º e 16.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

12 — Entende-se que as obrigações estabelecidas no presente projeto de regulamento não representam um agravamento significativo das obrigações de informação que presentemente impõem sobre as entidades que prosseguem atividades de comunicação social. Com excepção dos dados que deverão figurar no relatório anual de governo societário, que

podem representar um novo procedimento para alguns regulados, as obrigações de informação em matéria dos principais fluxos financeiros, ainda que com as devidas adaptações, são no essencial equivalentes àquelas que qualquer entidade com contabilidade organizada tem hoje perante o Estado, pelo que não se vislumbra grande dificuldade em corresponder ao solicitado.

13 — Note-se, por fim, que, por uma questão de simplicidade operacional, e numa concretização dos princípios gerais aplicáveis à promoção da administração eletrónica (cf. artigo 14.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), a ERC está a desenvolver uma plataforma digital, através da qual serão comunicados pelos destinatários, de forma cómoda, célere e económica, todas as informações exigidas pela Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, e pela proposta de regulamento que agora se submete a consulta pública.

Projeto de regulamento que estabelece as regras sobre a transparência dos principais meios de financiamento e sobre o relatório anual de governo societário das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

A Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.

No artigo 5.º, relativo à transparência dos principais meios de financiamento, prevê-se a aprovação, pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), de regulamento que fixe a periodicidade da obrigação da informação e a natureza dos dados que devem ser transmitidos à ERC relativos aos principais fluxos financeiros para a gestão das entidades abrangidas por aquela lei.

O artigo 16.º prevê que as entidades que, sob forma societária, prosseguem atividades de comunicação social devem enviar anualmente à ERC um relatório de governo societário, estipulando que as informações a incluir são definidas em regulamento da ERC.

Como tal, compete ao Conselho Regulador da ERC aprovar o presente regulamento, dando assim cumprimento ao disposto na Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, tendo optado, por uma questão de sistematização e legibilidade, bem como para maior facilidade dos regulados, por condensar num só regulamento os atos normativos previstos nos referidos artigos 5.º e 16.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Ainda por uma questão de simplicidade operacional, a ERC está a desenvolver uma plataforma digital, através da qual serão comunicadas pelos regulados, de forma cómoda, célere e económica, as informações exigidas pela Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Refira-se, por último, que o presente regulamento foi objeto de consulta pública, estando o relatório desta consulta disponível no sítio eletrónico da ERC.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 3 do artigo 5.º e do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, e da alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, o Conselho Regulador da ERC aprova o seguinte regulamento:

CAPÍTULO I

Objeto

Artigo 1.º

Objeto

1 — O presente regulamento define a natureza dos dados que devem ser comunicados à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) relativos aos principais fluxos financeiros para a gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social e a periodicidade dessa comunicação.

2 — O presente regulamento define ainda as informações que devem ser incluídas no relatório anual de governo societário das pessoas coletivas que, sob forma societária, prosseguem atividades de comunicação social.

CAPÍTULO II

Principais meios de financiamento

Artigo 2.º

Destinatários

1 — Todas as pessoas singulares ou coletivas, identificadas no artigo 6.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, e no artigo 2.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, que, sob

jurisdição do Estado português, prosseguem atividades de comunicação social são obrigadas a comunicar à ERC os principais fluxos financeiros para a sua gestão.

2 — A obrigação prevista no número anterior não é aplicável às pessoas singulares ou coletivas que não estejam legalmente obrigadas a ter contabilidade organizada.

Artigo 3.º

Fluxos financeiros

1 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar à ERC as informações relativas aos seguintes indicadores financeiros:

- a) Capital próprio;
- b) Passivos totais;
- c) Rácio de autonomia financeira;
- d) Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;
- e) Resultados líquidos;
- f) Montantes dos rendimentos totais e por rubrica (publicidade, direitos de transmissão, vendas de conteúdos, indemnizações compensatórias e outros);
- g) Montantes dos passivos totais no balanço e por rubrica (financiamentos bancários, empréstimos de sócios, contas correntes e descobertos bancários, financiamentos titulados, dívidas perante o Estado, dívidas a fornecedores e outros);
- h) Montantes totais das responsabilidades não inscritas na contabilidade (contingentes) que possam influenciar a tomada de decisão e por rubrica (garantias, fianças, letras, avais, instrumentos financeiros derivados e outros).

2 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo anterior, prosseguem atividades de comunicação social devem ainda comunicar à ERC:

- a) Relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10 % dos rendimentos totais, indicando a respetiva percentagem e rubricas a que se referem;
- b) A relação de pessoas singulares ou coletivas que representem mais de 10 % da soma do montante total de passivos no balanço e das responsabilidades não inscritas na contabilidade que possam influenciar a tomada de decisão, indicando a respetiva percentagem e as rubricas a que se referem.

Artigo 4.º

Periodicidade da comunicação dos fluxos financeiros

1 — As pessoas singulares ou coletivas que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social devem comunicar semestralmente à ERC os fluxos financeiros referidos no artigo anterior.

2 — A comunicação é feita até 31 de agosto relativamente ao primeiro semestre do ano e até 28 de fevereiro do ano seguinte relativamente ao segundo semestre, através da plataforma digital referida no artigo 7.º

CAPÍTULO III

Estruturas e práticas de governo societário

Artigo 5.º

Relatório anual de governo societário

1 — As pessoas coletivas sob forma societária que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, prosseguem atividades de comunicação social devem anualmente elaborar e enviar à ERC, até 30 de abril de cada ano, um relatório sobre as estruturas e práticas de governo societário por si adotadas, o qual inclui a seguinte informação:

- a) Estrutura da capital social;
- b) Titularidade dos órgãos sociais e atividades profissionais paralelas;
- c) Existência e descrição dos sistemas de controlo interno e comunicação de irregularidades quanto ao controlo dos meios de financiamento obtidos;
- d) Mecanismos relevantes de garantia de independência em matéria editorial.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, o relatório deve incluir a seguinte informação:

- a) Estrutura de capital, incluindo ações próprias e acordos parasociais;

- b) Controlo acionista e exercício de direitos de voto;
- c) Participações sociais e obrigações detidas;
- d) Alterações e aquisições de participação igual ou superior a 5 % do capital social ou dos direitos de voto, nos termos previstos no artigo 11.º da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, ocorridas no período em análise.

3 — Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:

- a) Composição e titularidade dos órgãos sociais;
- b) Competências e funcionamento dos órgãos sociais;
- c) Modelo de governação dos órgãos sociais, com diferenciação dos órgãos executivos dos não executivos;
- d) Nota biográfica, profissional e académica dos titulares dos órgãos sociais;
- e) Atividades profissionais paralelas dos membros dos órgãos sociais.

4 — Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:

- a) Descrição detalhada dos mecanismos internos existentes para minimizar os riscos de irregularidades na obtenção de meios de financiamento e de eventuais conflitos de interesses;
- b) Organograma ou mapas funcionais com repartição de competências e informação sobre eventuais delegações de competências;
- c) Mecanismos que permitam aferir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses da sociedade;
- d) Identificação, sempre que aplicável, do Técnico Oficial de Contas, do Revisor Oficial de Contas e do auditor externo, assim como as contraprestações auferidas;
- e) Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, nomeadamente critérios de definição da componente variável da remuneração;
- f) Estatutos e outros regulamentos internos;
- g) Indicadores sobre audiência, tiragem e circulação;
- h) Mecanismo para a comunicação interna e externa de irregularidades.

5 — Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, o relatório deve incluir a seguinte informação:

- a) Estatuto editorial do ou dos órgãos de comunicação social;
- b) Estrutura editorial do ou dos órgãos de comunicação social;
- c) Responsáveis editoriais do ou dos órgãos de comunicação social;
- d) Nota biográfica, profissional e académica dos responsáveis editoriais;
- e) Atividades paralelas remuneradas dos responsáveis editoriais;
- f) Composição do Conselho de Redação, estatuto e principais decisões no período em análise, quando aplicável;
- g) Autonomia orçamental dos responsáveis editoriais;
- h) Manuais de boas práticas editoriais e códigos de conduta.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 6.º

Esclarecimentos e informações complementares

A ERC pode solicitar, a todo o tempo, esclarecimentos e informações complementares aos previstos no presente regulamento, bem como realizar as averiguações que considere necessárias para o cumprimento dos objetivos da Lei n.º 78/2015, de 29 de julho.

Artigo 7.º

Plataforma digital

As informações relativas aos principais meios de financiamento e o relatório anual de governo societário, assim como a restante informação exigida pela Lei n.º 78/2015, de 29 de julho, são comunicados à ERC através da plataforma digital criada especificamente para o efeito.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

309139777

Anexo 2

Contributos enviados à ERC durante o processo de consulta pública

1.	AIC – Associação de Imprensa de Inspiração Cristã
2.	AID – Associação da Imprensa Diária
3.	API – Associação Portuguesa de Imprensa
4.	APR – Associação Portuguesa de Radiodifusão (posição conjunta com a ARIC)
5.	ARIC – Associação de Rádios de Inspiração Cristã (posição conjunta com a APR)
6.	Associação Cultural de Torre de Moncorvo
7.	Associação Cultural e Recreativa Rádio Condestável
8.	Autoridade da Concorrência
9.	Benedita FM, Produções Radiofónicas, Lda.
10.	Clube Asas do Atlântico
11.	Coral – Cooperativa de Emissões Radiofónicas do Alte Ave, CRL
12.	CPMCS – Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social
13.	Edições Linear Cooperativa Editorial
14.	Editave Multimédia, Lda.
15.	Eurico Ferreira de Carvalho – Diretor do <i>Ecos da Marofa</i>
16.	Granada Fm – Rádio e Jornalismo, Unipessoal, Lda.
17.	Guadisom Sociedade de Radiodifusão Guadiana, Lda.
18.	Grupo PT (PT Portugal SGPS, SA e ME0 – Serviços de Comunicações e Multimédia, SA)
19.	Guimapress, SA
20.	Íris – Serviço de Informação Regional Independente, Lda.
21.	Janela Indiscreta – Sociedade de Comunicação, Lda.
22.	Mafra FM, Cooperativa de Radiodifusão, CRL
23.	Marginaudio – Actividades Radiofónicas, Lda.
24.	Media On – Comunicação Social, Lda.
25.	Meia Maratona Internacional da Nazaré – Associação de Cultura e Desporto
26.	Monsantorádio
27.	NAIAA – Núcleo Amador de Investigação Arqueológico de Afife
28.	Narrativas & Melodias, Lda.
29.	Novos Mares – Radiodifusão Lda.
30.	Piçarra & Companhia, Lda.
31.	PMP – Plataforma de Media Privados
32.	Rádio Azul – R.A. Produções Radiofónicas, Lda.
33.	Rádio Baía – Sociedade de Radiodifusão, Lda.
34.	Rádio Barca – Cooperativa de Informação de Ponte da Barca, CRL
35.	Rádio Clube da Lourinhã, CRL
36.	Rádio Clube de Arganil, Cooperativa de Rádio, CRL
37.	Rádio Clube de Gondomar Serviço de Radiodifusão Local, Unipessoal, Lda.
38.	Rádio Clube de Grândola – CRL
39.	Rádio Clube de Penafiel, CRL
40.	Rádio Clube de Sintra, Lda.
41.	Rádio Comercial da Linha – Sociedade de Radiodifusão de Oeiras, Lda.
42.	Rádio Festival do Norte, SA
43.	Rádio Jornal de Setúbal, Lda.

44.	<u>Rádio Nova Era, Sociedade de Comunicações, Lda. 2ºcontributo</u>
45.	<u>Rádio Onda Viva, SA</u>
46.	<u>Rádio Singa, CRL</u>
47.	<u>Rádio Universidade Marão, Cooperativa de Radiodifusão, CRL</u>
48.	<u>Rádio Voz de Setúbal, Lda.</u>
49.	<u>Rádio Voz do Sorraia Emissão Regional de Coruche CRL</u>
50.	<u>Radiodifusão – Publicidade e Espectáculos, Lda.</u>
51.	<u>RCB – Rádio Cova da Beira, CRL</u>
52.	<u>RCC – Rádio Clube da Covilhã, CRL</u>
53.	<u>Rede A – Emissora Regional do Sul, Lda.</u>
54.	<u>R.N.L – Rádio Nova Loures, Lda.</u>
55.	<u>SER – Sociedade Elvense de Radiodifusão, Lda.</u>
56.	<u>Sociedade Franco Portuguesa de Comunicação, SA</u>
57.	<u>Tavirádio, Cooperativa de Radiodifusão, CRL</u>
58.	<u>Vagos FM Rádio</u>
59.	<u>Voz de Almada – Cooperativa de Radiodifusão, CRL</u>